

NEGÓCIOS SOCIAIS NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Cassio Vale¹

RESUMO

Os negócios sociais são realizados por um novo tipo de setor privado que utiliza elementos filantrópicos para realizar ações em parceria com o Estado, sob a justificativa de causar maior impacto positivo na sociedade. Nesse sentido, este texto tem por objetivo verificar as consequências dos negócios sociais na política educacional brasileira. A metodologia foi pautada na pesquisa bibliográfica a partir de interlocuções com autores que subsidiam a base teórica dos negócios sociais e a privatização da educação. Do conjunto das análises, compreendeu-se que, no âmbito das políticas públicas educacionais as consequências dos negócios sociais podem ser percebidas pela atuação fortalecida de um novo setor privado na esfera pública, na intensificação de valores mercantis como meritocracia e competição no formato das políticas e pelo avanço de um projeto de sociedade individualista desmobilizado de lutas coletivas.

Palavras-chave: Educação; Negócios Sociais; Políticas públicas educacionais.

INTRODUÇÃO

Os negócios sociais podem ser compreendidos como face reinventada do capital na medida em que se utilizam elementos da filantropia nas ações comerciais com o suposto discurso de causar impactos positivos na sociedade sem deixar de lado a lucratividade que é o foco do mercado (Vale, 2022). Para além disso, os negócios sociais possuem origem histórica a partir de uma ação social do professor de Economia Muhammad Yunus no ano de 1976 com maximização no ano de 1983 a partir do empréstimo para artesãos para que pudessem se livrar de juros de empréstimos para compra de matéria prima na confecção de suas peças onde se encontravam em situação análogo a escravidão. Com isso, houve impacto na economia local e reflexos na qualidade de vida sendo esses negócios sociais realizados com o propósito de melhoria social, segundo seus defensores (Grazzioli, 2015, on-line).

Isso revela que a relação Estado, Mercado e Sociedade vem sendo modificada considerando que estamos inseridos em uma sociedade capitalista com permanente correlação de forças entre público e privado com projetos societários distintos. Nessa esteira, a educação é utilizada nos negócios sociais como forma de impactar um maior número de pessoas agora sob a égide de valores subjetivos como a internalização de princípios como mérito, competição e autorresponsabilização enquanto demandas individuais e não de responsabilidade do Estado como prevê a Constituição Federal Brasileira, no caso da educação formal (Brasil, 1988).

No campo da política educacional brasileira algumas ações com a racionalidade dos negócios sociais se fazem presentes na contemporaneidade, em especial, de forma ideológica

¹ Universidade Federal do Pará/ E-mail: cassiovale07@yahoo.com.br

como parte da estrutura social que “são percebidas sim, mas não são tratadas como sendo apenas resultantes de ações cuja orientação política se discute. Isto quer dizer que a ideologia não capta nem o mais leve sinal de uma estruturação social” (Cardoso, 1978, p. 414). Essa ideologia é representada por valores do mercado que são incorporados ao formato das políticas públicas educacionais que, por sua vez, são materializadas na escola básica. Logo, este texto tem o objetivo de verificar as consequências dos negócios sociais na política educacional brasileira.

A metodologia é pautada na pesquisa bibliográfica a partir de interlocuções com autores que subsidiam a base teórica dos negócios sociais e a privatização da educação.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL SOB A LÓGICA MERCANTIL/SOCIAL E SEUS REFLEXOS NA ESCOLA BÁSICA

Catani (2021) destaca que o processo de participação do setor privado na administração pública se intensifica a todo tempo com implicações em toda a educação brasileira considerando seus níveis oficiais porque a racionalidade do mercado é ágil para se colocar em um lugar de referência em que o Estado deve aprender com o setor privado, segundo seus defensores. As estratégias vão desde a suavização da exploração do trabalhador que deve se adaptar às instabilidades do mercado de trabalho do século XXI em que os jovens do ensino médio são os mais atingidos até a contraproposta no fomento de pesquisas que disputam lugar com as universidades públicas que, historicamente, auxiliam no desenvolvimento da sociedade.

Adrião (2023) auxilia no debate destacando que as formas de relação entre público e privado são refinadas no Brasil desde os anos 1990, o que hoje explica as múltiplas formas de privatização da educação direta pela transferência de responsabilidade ao setor privado em caso de convênios e na forma indireta quando o setor privado passa a deliberar sobre o conteúdo da política educacional brasileira na gestão escolar, na formação de professores e chegando até o processo de avaliação.

Nesse sentido, os negócios sociais como forma de privatização da educação hoje em dia representam uma das facetas de atuação do setor privado na esfera pública sob a justificativa de misturar elementos filantrópicos com lucro gerando impacto social sob um suposto discurso de contribuição com a sociedade. Ideologicamente isso acarreta consequências para a relação Estado, Mercado e Sociedade, e consequentemente, na formulação de políticas educacionais porque os elementos mercantis são sutilmente imbricados na dinâmica das políticas a partir da naturalização de termos como meritocracia, competição, individualização e seus correlatos.

Quando o individualismo adentra a subjetividade das pessoas, o sistema capitalista se fortalece por meio da negação de políticas sociais, da romantização da exploração do homem, da ampliação da ideologia de que o Estado é ineficiente e de que cada um deve fazer a sua parte. Tudo isso enfraquece as ações coletivas e cria classes que brigam entre si dentro da própria classe proletária moderna, a qual representa os trabalhadores (Vale, 2022, p.28).

Os negócios sociais ocupam um espaço na vida das pessoas que não encontra resistências porque cada um começa a internalizar os valores do mercado, o que enfraquece o senso de coletividade porque o sistema capitalista se renova e procura sempre diferentes formas de se expandir invadindo nações ou fazendo adaptações nas mesmas a partir de uma visão particular de mundo baseada na exploração dos mais vulneráveis com seus discursos refinados mercantis “operando decisivamente na formação de ‘mentes’ e ‘corações’, em

escala global” (Ianni, 1999, p. 17).

Parte da lógica dos negócios sociais como forma de privatização da educação pode ser observada na política educacional brasileira como a reforma do ensino médio aprovada no ano de 2017 pela lei nº 13.415/2017 e modificada pela lei nº 14.945/2024 porque a concepção de formação discente está atrelada ao viés tecnicista, além de que a culpabilização do jovem por seu possível insucesso é um fator destaque sob a justificativa de uma suposta liberdade de fazer escolhas condizentes com suas perspectivas de futuro (Pereira et al, 2025)

Pereira et al (2025) também destacam que a formação de professores é objeto da privatização da educação com a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) alinhada aos valores do mercado.

Com as disputas sociais pelo conteúdo de políticas educacionais, há que considerar as estratégias de cada grupo para validar seus projetos e suas propostas como convencimento social por meio da propagação de discursos. Representantes com poder de voto nas instâncias deliberativas, a exemplo do CNE, operam com tentativas de desqualificar a formação ofertada pelas universidades públicas, para que ocorra a necessidade de se modificar o tipo de formação, com a finalidade de fortalecer o mercado na condução da educação em todas as suas dimensões (p.171).

Nesse viés, a formação de professores reflete diretamente na concepção de educação formal das escolas básicas e, conseqüentemente, em toda sua dinâmica e organização. O que pode ser considerado grave da lógica dos negócios sociais na condução da política educacional é a racionalidade do mercado que é sutilmente naturalizada entre as pessoas que passam a crer que a competição é o motor ideal de desenvolvimento social e que cada um deve fazer sua parte individualmente para ter êxito quando na realidade as condições estruturais devem ser obrigação do Estado.

Destacamos também que essa racionalidade mercantil advém de sujeitos privados que utilizam discursos falaciosos de impacto social para conduzir o que é público a partir dos elementos da filantropia como ajuda mútua, solidariedade e compaixão desde que em suas ações ocorra também algum tipo de lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os negócios sociais são realizados atualmente por sujeitos do setor privado que querem atuar na administração pública em parceria com o Estado para direcionar o formato de políticas públicas que causem impacto social, em nome do bem público, sem que isso elimine a possibilidade de lucro em uma suposta ação bondosa e menos agressiva quando comparada com o mercado tradicional.

A partir do referencial teórico-metodológico apresentado compreendemos que esses negócios sociais representam uma faceta da privatização da educação na contemporaneidade porque ao não se negar o lucro nas parcerias com o Estado esse novo setor privado apenas adapta suas formas de atuação para impor novos ritmos da sociedade que agora mistura elementos da filantropia às ações mercantis ao passo que debates como meritocracia e competição são suavizados como essenciais para o avanço coletivo, ocasionando a desresponsabilização do Estado com um direito primário – a educação.

No âmbito das políticas públicas educacionais as consequências dos negócios sociais podem ser percebidas pela atuação fortalecida de um novo setor privado na esfera pública, na intensificação de valores mercantis como meritocracia e competição no formato das políticas e pelo avanço de um projeto de sociedade individualista desmobilizado de lutas coletivas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Prefácio. In: VALE, Cassio; SANTOS, T. F. A. M. (Org.). **Do público “público” ao público “privado” na educação**. Curitiba: CRV, 2023. p. 13-16.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: Presidência da República, 1988.

CARDOSO. M. L. **Ideologia do desenvolvimento, Brasil**: JK/JQ. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CATANI, C. R. A educação bancária, “com um Itaú de vantagens”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 90-118, abr. 2021.

GRAZZIOLI, A. Nem “Segundo”, nem “Terceiro” Setores, vamos falar de “Setor Dois e Meio”. **Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas no Terceiro Setor**, [on-line], 2015.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v. 22, p. 11-29, 1999.

PEREIRA, M. S. V. et al. A mercantilização da educação no território paraense a partir da lógica do projeto de vida. In: PIRES, D. O.; VALE, Cassio (Org.). **Privatização e Mercantilização da Educação Brasileira: tensões e disputas**. CRV. Curitiba. 2025. p. 155-170. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14mNT9wydmvAmxtCCJOPw3SNLW1kFwv0K/view>. Acesso em: 20 fev. 2026.

VALE, Cassio. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 199f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.